

SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais	13
2. Livros Coletivos	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	16
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	22
AGRADECIMENTOS.....	31
ABREVIATURAS E SIGLAS	53
LISTA DE FIGURAS	59
LISTA DE QUADROS.....	61
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	63
APRESENTAÇÃO	67
COMO USAR ESTE LIVRO (INTERATIVIDADE).....	73
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	79
1. Recompilações de leis e atos normativos	79
2. Jurisprudência	80
3. Tratados, cursos e manuais	90
4. Revistas jurídicas (impressas e <i>on-line</i>).....	93
5. Internet	113
6. Buscadores, repositórios e redes sociais	116
7. Catálogos.....	117
8. Legislação	123
9. Diários Oficiais	123
10. Diário da Justiça.....	125
11. Bancos de dados.....	126
12. Prática administrativa.....	127
13. Casotecas.....	127
14. Institutos de direito administrativo.....	128
15. Arbitragem	130

PARTE I
INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I - ESTADO, PODER EXECUTIVO E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 135

1.1 Poder, Direito e Estado como meio para a consecução dos fins da sociedade 135

1.1.1 Dissolução dessa sociedade medieval pluralista e o surgimento do Estado moderno..... 137

1.1.1.1 Estado absolutista..... 138

1.1.2 Estado liberal ou mínimo e o surgimento do direito administrativo 140

1.1.3 Estado intervencionista e a maturação do direito administrativo..... 144

1.1.4 Estado pós-moderno e os novos enfrentamentos do direito administrativo 147

1.1.4.1 Fortalecimento de laços de interdependência (Estado enquadrado, Estado competência e Estado englobado)..... 153

1.1.4.2 Redefinição das funções estatais (Estado garantia, Estado regulador e Estado protetor)..... 154

1.1.4.3 Atenuações ou mitigações das especificidades estatais (Estado desmitificado, Estado banalizado e Estado reformado) 156

1.1.4.4 Fragmentação da estrutura estatal (Estado policêntrico, Estado territorial e Estado segmentado) 157

1.2 Poderes/Funções do Estado 158

1.3 Função Executiva e suas atividades (em especial a administrativa)..... 163

1.4 Dever de atender aos interesses públicos (a máquina pública ao seu dispor) 165

1.4.1 Interesses públicos gerais e específicos 170

CAPÍTULO II - CONCEITO E OBJETO DE ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO 177

2.1 Objeto de estudo do direito administrativo 177

2.2 Administrar 179

2.2.1 Sentido objetivo e subjetivo de administração 180

2.2.2 Adjetivo pública (Administração Pública)..... 180

2.3 Administração Pública 181

2.3 Características da Administração Pública 189

2.4 Tipos de Administração Pública	190
2.4.1 Administração Pública interna, interadministrativa e externa	190
2.4.2 Administração Pública objetiva e subjetiva	191
2.4.3 Administração Pública direta e indireta (sujeitos centralizados e sujeitos por outorga)	193
2.5 Esgotamento do modelo atual de Administração Pública.....	195
2.6 Conceito de direito administrativo	197
2.6.1 Sujeitos que realizam administração pública	201
2.6.2 Recursos humanos (agentes públicos)	202
2.6.3 Recursos materiais e imateriais (bens públicos)	203
2.6.4 Atividades administrativas	203
2.6.5 Poderes, faculdades ou prerrogativas versus garantias individuais	205
2.6.6 Formas de manifestação da vontade com ou sem liberdade	205
2.6.7 Meios de exteriorização da vontade administrativa	206
2.6.8 Atuação inteiramente controlável perante outras funções e poderes	207
2.6.9 Respondendo com seu patrimônio aos danos que causa	208
2.7 Características do direito administrativo.....	208
2.7.1 Ramo recente em constante mutação	208
2.7.2 Direito público interno, porém, transfronteiriço	211
2.7.3 Direito comum do direito público (microcosmo jurídico)	211
2.7.4 Não codificado e influenciado pela jurisprudência e doutrina.....	212
2.7.5 Contínuo	214
2.7.6 Múltiplos interesses.....	215
2.7.7 Cultura e acumulação de institutos	215
2.7.8 Concreto e cotidiano	215

CAPÍTULO III - TRANSFORMAÇÕES, MUTAÇÕES OU EVOLUÇÕES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

217

3.1 Uma nova época para um Estado e suas transformações.....	217
3.1.1 Transformações geopolíticas.....	218
3.1.2 Transformações políticas	219
3.1.3 Transformações econômicas	227
3.2 Desafios para o direito administrativo (fuga ao direito privado)	232
3.2.1 Boa administração (má administração).....	235
3.2.2 Administração de/por resultado	238
3.3 Novos paradigmas do direito administrativo	241

3.3.1 Crise da territorialidade do Estado: direito administrativo global, sem Estado ou transnacional.....	243
3.3.2 A erosão da supremacia e da indisponibilidade dos interesses públicos sobre o privado: cidadão como administrado-cliente	248
3.3.3 O eclipse do governo nas políticas públicas: influência de diferentes atores	251
3.3.4 A densidade ordenadora da legalidade administrativa: juridicidade administrativa, concurso de fontes e neofederalismo normativo	254
3.3.5 A maior transparência, abertura e participação cidadã na função pública .	258
3.3.6 As mudanças das empresas estatais, pela prestação de atividade de utilidade pública, pelos diferentes regimes jurídicos, inclusive, aproximando-se às autarquias, pelas condicionantes da intervenção direta e pela tendência de extinção, privatização e, também, de criação de empresas estatais especiais e binacionais, supranacionais e fora do território nacional	260
3.3.7 A intangibilidade das diferentes formas de subjetividade ou autonomia pública administrativa: controle substitutivo das escolhas públicas	262
3.3.8 A desnaturalização das distintas formas de atuação do Estado na economia: crise(s) da noção de serviço público e atividade econômica em sentido estrito .	264
3.3.9 (Re)classificação das distintas formas de intervenção do Estado na economia e a obrigatoriedade de demonstração concreta a que corresponde tal intervenção	267
3.3.10 As inovações na responsabilidade civil do Estado como a responsabilidade internacional por violação de direitos humanos e decorrente de violação a compromissos internacionais	269
3.3.11 Administração Pública 4.0	270
3.3.12 Direito administrativo do medo, apagão das canetas e a fuga do bom servidor.....	273
3.3.13 Outros	275

CAPÍTULO IV - FONTES, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO277

4.1 Pluralidade e concurso de fontes do direito administrativo	277
4.2 Classificação das fontes	282
4.2.1 Fontes formais e materiais	282
4.2.2 Fontes imediatas e mediatas.....	284
4.2.3 Fontes voluntárias e não voluntárias.....	284
4.2.4 Fontes escritas e não escritas.....	286

4.2.5 Outras classificações	287
4.3 Funções heterolimitativa e autolimitativa das fontes do direito administrativo	288
4.4 Limites internos e externos	290
4.5 Interpretação do direito administrativo	291
4.5.1 Diferença entre enunciado normativo e norma jurídica	293
4.5.2 Os componentes lógico-estruturantes da norma jurídica	294
4.5.2.1 Hipótese ou Previsão	296
4.5.2.2 Operador deôntico	297
4.5.2.3 Preceito, estatuição ou consequência	297
4.6 Métodos de interpretação	298
4.7 Processo interpretativo e atividade constitutiva do intérprete.....	300
4.7.1 Verificação dos enunciados normativos, comandos e políticas públicas aplicáveis ao caso e realização de suas determinações semânticas.....	301
4.7.2 Resolução das competências e conflitos normativos	303
4.7.3 Avaliação do complexo fático.....	306
4.7.4 Identificação do problema vigente	307
4.8 Integração ou colmatação no direito administrativo	319
4.8.1 Analogia	320
4.8.2 Costume.....	322
4.8.3 Princípios gerais de Direito	324
4.9 Aplicação do direito administrativo	325
4.9.1 Eficácia no tempo.....	325
4.9.2 Eficácia no espaço.....	325
CAPÍTULO V - REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	327
5.1 Ideia de regime jurídico	327
5.2 Conceito de regime jurídico-administrativo.....	328
5.3 Os fundamentos do regime jurídico-administrativo.....	329
5.4 Importância do regime jurídico-administrativo	333
5.5 Linguagem, ciência e norma jurídica	334
5.6 Normas-princípio e normas-regra	336
5.7 Outras espécies de normas jurídicas	340
CAPÍTULO VI - PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	345
6.1 Principiologia do direito administrativo.....	345

6.2 Princípios fundamentais	349
6.2.1 Princípio federativo	349
6.2.2 Princípio republicano	350
6.2.3 Princípio presidencialista	351
6.2.4 Princípio democrático	351
6.2.5 Princípio do Estado de Direito	352
6.2.6 Princípio da separação dos poderes.....	352
6.2.7 Princípio da soberania	353
6.2.8 Princípio da cidadania política	353
6.2.9 Princípio da dignidade da pessoa humana	354
6.2.10 Princípio dos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	356
6.2.11 Princípio do pluralismo político	356
6.3 Princípios gerais	357
6.3.1 Princípio da segurança jurídica	358
6.3.2 Princípio da juridicidade	359
6.3.3 Princípio da legalidade	360
6.3.4 Princípio da legitimidade	363
6.3.5 Princípio da licitude	365
6.3.6 Princípio da igualdade ou isonomia	366
6.3.7 Princípio da imparcialidade.....	368
6.3.8 Princípio da equidade.....	370
6.3.9 Princípio da liberdade	371
6.3.10 Princípio da publicidade, transparência e abertura	371
6.3.11 Princípio da participação.....	372
6.3.12 Princípio da realidade.....	374
6.3.13 Princípio da responsabilidade, responsividade e responlicidade	375
6.3.14 Princípio da sindicabilidade	376
6.3.15 Princípio do juiz natural (identidade física do julgador).....	376
6.3.16 Princípio da jurisdição una.....	378
6.3.17 Princípio da sanção ou sancionatório	380
6.3.18 Princípio da ponderação	381
6.4 Princípios gerais do direito público e do direito administrativo	383
6.4.1 Princípio da proteção à confiança ou expectativa legítima e da boa-fé	384
6.4.2 Princípio da subsidiariedade	389
6.4.3 Princípio da presunção de validade.....	390
6.4.4 Princípio da supremacia dos interesses públicos	391
6.4.5 Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos.....	393
6.4.6 Princípio do devido processo legal	394

6.4.7 Princípio da duração razoável do processo (celeridade processual)	395
6.4.8 Princípio da motivação.....	397
6.4.9 Princípio do contraditório e da ampla defesa	399
6.4.10 Princípio da descentralização (da especialidade).....	401
6.4.11 Princípio da impessoalidade.....	401
6.4.12 Princípio da moralidade	403
6.4.13 Princípio da eficiência.....	405
6.4.14 Princípio da efetividade.....	408
6.4.15 Princípio da finalidade	409
6.4.16 Princípio da racionalidade.....	410
6.4.17 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade	412
6.4.18 Princípio da máxima objetividade.....	420
6.4.19 Princípio da exigibilidade e da executóriedade.....	421
6.4.20 Princípio da regularidade e da continuidade	427
6.4.21 Princípio da especialidade.....	429
6.4.22 Princípio hierárquico	429
6.4.23 Princípio monocrático e colegiado.....	430
6.4.24 Princípio disciplinar	431
6.4.25 Princípio da economicidade	431
6.4.26 Princípio do planejamento.....	432
6.4.27 Princípio de prevenção e de precaução	433
6.4.28 Princípio da (auto)tutela.....	435
6.4.29 Princípio da interdição da arbitrariedade	445
6.5 Princípios setoriais do direito administrativo.....	446

PARTE II SUJEITOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO VII - SUJEITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	449
7.1 Administração Pública em sentido subjetivo ou orgânico	449
7.2 Manifestação de vontade dos sujeitos da Administração Pública (teoria do órgão ou da imputação).....	450
7.3 Administração direta e indireta (principais diferenças)	452
7.4 Estrutura/organização da Administração Pública federal (Decreto-Lei n.º 200/1967)	454
7.5 Princípios setoriais da organização da Administração Pública federal.....	455
7.6 Taxonomia dos órgãos e entidades da Administração Pública federal	456

7.6.1 Sujeitos estatais (sujeitos centralizados e sujeitos descentralizados ou por outorga)	460
7.6.2 Entes não estatais (sujeitos por colaboração e sujeitos por cooperação) ...	463

CAPÍTULO VIII - SUJEITOS CENTRALIZADOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA).....467

8.1 Entidades de caráter político-administrativo.....	467
8.2 Presidente e Vice-Presidente da República.....	468
8.2.1 Conselho da República.....	469
8.2.2 Conselho de Defesa Nacional	470
8.3 Ministérios e órgãos equiparados.....	471
8.4 Órgãos públicos.....	475
8.4.1 Unidades, organizações, centros ou núcleos especializados de atribuições ou competências	475
8.4.1.1 Repartições de atribuições ou competências.....	477
8.4.1.1.1 Desconcentração e hierarquia	477
8.4.1.1.2 Descentralização e vinculação	481
8.4.1.1.2.1 Descentralização administrativa por outorga (ou institucional).....	486
8.4.1.1.2.2 Descentralização administrativa por colaboração (ou por delegação)	487
8.4.1.2 Liberdade de conformação/configuração orgânica	488
8.4.1.3 Atribuição de atribuição/competência e regras ordenadoras do seu exercício	489
8.4.1.3.1 Delegação	490
8.4.1.3.2 Avocação (delegada e hierárquica)	494
8.4.1.3.3 Suplência	495
8.4.1.3.4 Delegação de assinatura	495
8.4.1.3.5 Encomenda de gestão	496
8.4.1.4 Conflito de atribuições/competências	496
8.4.2 Criados e extintos por lei.....	497
8.4.3 Destituídos de personalidade jurídica própria.....	498
8.4.3.1 Possibilidade de ser titular de posição jurídica subjetiva.....	498
8.4.4 Compostos por uma ou mais pessoas físicas.....	501
8.4.4.1 Constituição dos órgãos colegiados (conselhos e comissões).....	503
8.4.4.2 Celebração das sessões.....	506
8.4.4.3 Regime de funcionamento.....	508

8.4.5 Formados para exteriorizar a vontade (ativa, consultiva ou de controle) de uma pessoa jurídica de direito público, seja integrante da Administração Pública direta ou indireta	509
8.5 Classificações dos órgãos públicos	511
8.5.1 Quanto à estrutura	511
8.5.2 Quanto à pessoa federativa.....	512
8.5.3 Quanto ao âmbito ou à esfera de atuação.....	512
8.5.4 Quanto à atuação funcional ou composição.....	513
8.5.5 Quanto às funções (atribuições ou competências).....	514
8.5.6 Quanto à hierarquia ou posição estatal.....	515
8.5.6.1 Órgãos autônomos tradicionais e neo-órgãos autônomos	516
8.5.6.1.1 Organizações militares prestadoras de serviços da Marinha (OMPS).....	518
8.5.7 Outras classificações	519
8.6 Regime jurídico aplicado à Administração direta.....	519
8.6.1 Agentes públicos e regime previdenciário	520
8.6.2 Bens públicos	522
8.6.3 Atividade ou funções administrativas	522
8.6.4 Poderes, faculdades e prerrogativas	523
8.6.4.1 Prerrogativas processuais e precatório	524
8.6.4.2 Imunidade e isenção tributária	525
8.6.4.3 Prestação de contas	525
8.6.4.4 Contabilidade pública.....	527
8.6.5 Manifestação da vontade administrativa.....	527
8.6.6 Materialização/exteriorização da vontade administrativa.....	528
8.6.6.1 Licitações e contratações.....	530
8.6.7 Responsabilidade, responsividade e responlicidade	531
8.6.8 Prescrição de direitos de terceiros perante a Administração.....	534
8.6.9 Decadência e prescrição administrativa	537

CAPÍTULO IX - SUJEITOS DESCENTRALIZADOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA).....

539

9.1 Entes personificados (institucionais ou instrumentais).....	539
9.2 Autarquias comuns ou ordinárias.....	542
9.2.1 Conceito	543
9.2.2 Elementos constitutivos do conceito.....	544
9.2.2.1 Personalidade jurídica de direito público.....	544
9.2.2.2 Criada e extinta por lei	545

9.2.2.3 Dotada de patrimônio, estrutura organizacional, competência específica e recursos financeiros para conferir capacidade autoadministrativa e gerencial ...	547
9.2.2.4 Atividade típica da Administração Pública despida de caráter econômico	549
9.3 Autarquia especial.....	549
9.3.1 Autoridades reguladoras independentes (agências reguladoras).....	551
9.3.1.1 Crítica a expressão autarquia especial.....	556
9.3.1.2 Criada e extinta por lei	558
9.3.1.3 Âmbito de atuação.....	559
9.3.1.4 Autonomia/independência.....	561
9.3.1.4.1 Funções típicas do Estado	564
9.3.1.4.1.1 Poder quase-normativo.....	564
9.3.1.4.1.2 Poder quase-judicante	572
9.3.1.4.2 Autonomia/independência orgânica	576
9.3.1.4.2.1 Seleção dos membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada	576
9.3.1.4.2.2 Composição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral e inelegibilidade	578
9.3.1.4.2.3 Incompatibilidade e impedimentos durante o exercício do mandato	581
9.3.1.4.2.4 Estabilidade dos membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada.....	583
9.3.1.4.3 Autonomia/independência administrativa.....	588
9.3.1.4.3.1 Autonomia de gestão.....	588
9.3.1.4.3.2 Autonomia financeira e de gestão de recursos humanos	593
9.3.1.4.3.3 Liberdade para organizar seus serviços e composição.....	596
9.3.1.4.3.4 Regime de pessoal compatível.....	599
9.3.1.4.3.5 Independência decisória e ausência de controle hierárquico	600
9.3.1.4.3.6 Processo decisório e análise de impacto regulatório.....	603
9.3.1.5 Relacionamento da agência com outras entidades governamentais (conflito de atribuição/competência).....	604
9.3.1.5.1 Interação das agências reguladoras e dos órgãos de defesa da concorrência	604
9.3.1.5.2 Articulação entre agências reguladoras.....	606
9.3.1.5.3 Articulação das agências reguladoras com os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente	606
9.3.1.5.4 Interação operacional das agências reguladoras federais e das agências reguladoras ou dos órgãos de regulação estaduais, distritais e municipais.....	607
9.3.1.6 Agências executivas.....	608

9.3.2 Autarquias regionais.....	611
9.3.3 Consórcio público de direito público (associações públicas ou autarquia associativa).....	613
9.3.3.1 A lei dos consórcios públicos e a cooperação federativa	613
9.3.3.2 Natureza jurídica dos consórcios públicos (associação pública ou privada)	617
9.3.3.3 Conceito	620
9.3.3.4 Elementos constitutivos do conceito	620
9.3.3.4.1 Pessoa jurídica de direito público	620
9.3.3.4.2 Formada por entes federativos (sujeitos)	626
9.3.3.4.3 Instituída de forma voluntária por meio de um procedimento específico definido em lei.....	628
9.3.3.4.4 Investidas de poderes públicos para relações de cooperação federativa	634
9.3.3.4.5 Com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.....	635
9.3.3.5 Consórcios públicos de direito público especial	635
9.3.4 Entidades de ensino superior e técnico e de pesquisa científica e tecnológica (universidades públicas federais, institutos federais de pesquisa científica e tecnológica e Colégio Dom Pedro II).....	637
9.3.5 Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	642
9.3.6 Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	645
9.4 Autarquias territoriais.....	647
9.5 Autarquias corporativas/profissionais (conselho de fiscalização profissional)	648
9.5.1 Natureza <i>sui generis</i> da Ordem dos Advogados do Brasil.....	654
9.6 Empresas estatais	655
9.6.1 Conceito	659
9.6.2 Elementos constitutivos do conceito	659
9.6.2.1 Pessoa jurídica de direito privado dotada de regime jurídico especial ...	659
9.6.2.2 Atividades econômicas (comerciais ou industriais do Estado) - atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos	661
9.6.2.3 Atividades de utilidade pública	675
9.6.2.4 Criação, instituição e extinção via autorização legislativa.....	677

9.6.2.5 Instrumento da ação do Estado para atuar em campos juridicamente impostos ou admitidos como de seu interesse.....	683
9.6.2.6 Com fins diversos do escopo lucrativo, não obstante possa ocasionalmente ocorrer patrimônio líquido suficiente à caracterização de lucro	684
9.6.3 Regime jurídico aplicável às empresas estatais	686
9.6.3.1 Agentes públicos e regime previdenciário	687
9.6.3.2 Bens públicos	687
9.6.3.3 Atividade ou funções administrativas	690
9.6.3.4 Poderes, faculdades e prerrogativas	691
9.6.3.5 Materialização/exteriorização da vontade administrativa e processos administrativos	692
9.6.3.6 Licitações e contratações.....	694
9.6.3.7 Regime tributário	705
9.6.3.8 Responsabilidade, responsividade e responlicidade	707
9.6.3.8.1 Responsabilização dos administradores (diretores e conselheiros)	707
9.6.3.8.2 Responsabilidade da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração	714
9.6.3.8.3 <i>Business judgment rule</i>	717
9.6.3.9 Governança corporativa	724
9.6.3.10 Regime orçamentário e prestação de contas	725
9.6.3.11 Transparência	726
9.6.3.12 Prescrição de direito de terceiros	728
9.6.3.13 Falência e outras espécies de extinção compulsória	729
9.6.3.14 Quadro comparativo do regime jurídico das empresas estatais	731
9.7 Empresas Públicas.....	735
9.7.1 Conceito	735
9.7.2 Elementos constitutivos do conceito	738
9.7.2.1 Capital social integralmente detido pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.....	738
9.7.2.2 Qualquer forma societária dentre as em direito admitidas	738
9.7.2.3 Justiça Federal, em regra, competente para dirimir conflitos	739
9.7.3 Empresas públicas especiais	739
9.8 Sociedade de Economia Mista	740
9.8.1 Conceito	740
9.8.2 Elementos constitutivos do conceito	742
9.8.2.1 Constituída como sociedade anônima	742
9.8.2.1.1 Capital fechado ou aberto.....	742

9.8.2.2 Capital social composto tanto de capital público como privado, sendo o Poder Público o controlador da sociedade	743
9.8.2.3 Justiça estadual competente para dirimir conflitos	745
9.9 Diferença entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista ...	746
9.10 Empresas binacionais/plurinacionais e empresas fora do território nacional	746
9.11 Fundação pública	748
9.11.1 Conceito	749
9.11.2 Elementos constitutivos do conceito	751
9.11.2.1 Pessoa jurídica de direito público (fundações autárquicas) ou de direito privado (fundações estatais)	751
9.11.2.2 Criada e extinta, ou autorizada por lei	755
9.11.2.3 Sem fins lucrativos	755
9.11.2.4 Formada a partir da existência de um patrimônio extraído do Estado (seu instituidor)	756
9.11.2.5 Servir a um objetivo específico de interesse social	757
9.11.3 Regime jurídico das fundações	758
9.11.4 Diferença entre fundações públicas de direito público e de direito privado	761

CAPÍTULO X - SUJEITOS POR COLABORAÇÃO.....763

10.1 Colaboração com fins lucrativos com a Administração Pública.....	763
10.2 Colaboração na atividade prestacional/exploratória	765
10.2.1 Serviço público privativo delegado à iniciativa privada	767
10.2.2 Serviço público não privativo executado pela iniciativa privada.....	768
10.3 Instrumentos para implementação da colaboração	769
10.4 Concessão de serviços públicos	770
10.4.1 Conceito	772
10.4.1.1 Elementos constitutivos do conceito	772
10.4.1.1.1 Delegação da prestação de serviço público, precedida ou não de obra pública	772
10.4.1.1.2 Realizada por qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) em cuja competência se encontre o aludido serviço	773
10.4.1.1.3 Contrato administrativo, bilateral e oneroso	774
10.4.1.1.4 Precedida de licitação na modalidade concorrência pública	776
10.4.1.1.5 Delegado à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas capazes de assumir o serviço	777

10.4.1.1.6 Prazo determinado.....	780
10.4.1.1.7 Remunerado por receitas tarifárias (verba remuneratória não tributária, paga pelos usuários) e não tarifárias (receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, pagas por outras fontes que não a renda dos usuários).....	784
10.4.2 Concessão patrocinada e administrativa (parcerias público-privadas)	789
10.4.2.1 Concessão patrocinada	798
10.4.2.2 Concessão administrativa.....	800
10.5 Diferença entre concessões comuns e concessões patrocinadas ou administrativas	803
10.6 Permissão de serviços públicos.....	805
10.6.1 Conceito	810
10.6.1.1 Elementos constitutivos do conceito	811
10.6.1.1.1 Delegação da prestação de serviço público privativo	811
10.6.1.1.2 Realizada por qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), em cuja competência se encontre o aludido serviço.....	811
10.6.1.1.3 Título precário	811
10.6.1.1.4 Por meio de um contrato administrativo ou um ato administrativo unilateral, discricionário, complexo ou negocial	812
10.6.1.1.5 Precedida de licitação na modalidade concorrência ou leilão.....	813
10.6.1.1.6 Pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas capazes de assumir o serviço	814
10.6.1.1.7 Prazo determinado ou indeterminado.....	814
10.6.1.1.8 Remuneração por receitas tarifárias (verba remuneratória não tributária, paga pelos usuários) e não tarifárias (receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, pagas por outras fontes que não a renda dos usuários)	815
10.7 Autorização de serviços públicos.....	816
10.8 Concessão de obra pública.....	820
10.9 Concessão florestal, de uso florestal, de manejo florestal e outras formas de exploração por particulares de unidades de conservação.....	821
10.10 Concessão de atividade minerária	824
10.11 Concessão de atividade petrolífera.....	825
10.12 Concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos	827
10.13 Credenciamento.....	829
10.14 Franquia.....	831
10.14.1 Franquia postal (Agência de Correios Franqueadas – ACF)	834
10.15 <i>Joint-ventures</i>	837

CAPÍTULO XI - SUJEITOS POR COOPERAÇÃO	839
11.1 Cooperação sem fins lucrativos com a Administração Pública	839
11.2 Instrumentos para implementação da cooperação.....	841
11.3 Serviços Sociais Autônomos (SSAs)	843
11.3.1 Origem e evolução do modelo	843
11.3.2 Conceito	846
11.3.3 Elementos constitutivos do conceito.....	851
11.3.3.1 Entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos	851
11.3.3.2 Criados por lei.....	851
11.3.3.3 Não integrantes da Administração Pública	851
11.3.3.4 Atuam em cooperação com o Poder Público em atividades privadas de interesses públicos.....	852
11.3.3.5 Sem subordinação hierárquica em relação ao Poder Público, mas controlados por este e pela sociedade	853
11.3.3.6 Mantidos por meio de dotações orçamentárias, contribuições compulsórias ou parafiscais, ou auxílios privados	854
11.3.3.7 Segundo regime jurídico privado qualificado por derrogações de ordem pública	855
11.3.3.7.1 Gestão de recursos humanos	856
11.3.3.7.2 Regramento de compras e contratos	859
11.3.3.7.3 Desenho da governança.....	862
11.4 Organizações Sociais (OSs)	863
11.4.1 Conceito	867
11.4.2 Elementos constitutivos do conceito.....	868
11.4.2.1 Qualificação jurídica conferida à pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos	868
11.4.2.2 Em virtude do preenchimento de requisitos legais (atuação discricionária).....	882
11.4.2.3 Instituída para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado	884
11.4.2.4 Mantidas por meio de fomento	885
11.4.2.4.1 Transferência de recursos orçamentários e financeiros	886
11.4.2.4.2 Utilização e administração de patrimônio, bens móveis e imóveis ...	894
11.4.2.4.3 Cessão especial de servidores	896
11.4.2.5 Vínculo jurídico instituído por meio de contrato de gestão	897

11.4.2.5.1 A lógica da contratualização de resultados e sua necessária manutenção em detrimento da racionalidade ligada ao meio e ao procedimento como instrumento de preservação do modelo das organizações sociais.....	903
11.4.2.6 Submetida a um regime jurídico especial	905
11.4.3 Controle, fiscalização e responsabilização.....	908
11.4.4 OSs interfederativas	910
11.4.5 Desqualificação	911
11.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	912
11.5.1 Conceito	912
11.5.2 Elementos constitutivos do conceito.....	913
11.5.2.1 Preenchimento de requisitos legais (atuação vinculada).....	913
11.5.2.2 Instituídas para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado prestados de forma distinta do Poder Público parceiro	913
11.5.2.3 Mantidas por meio de fomento	915
11.5.2.4 Vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria	915
11.5.2.5 Submetidas a um regime jurídico especial.....	919
11.5.3 Controle, fiscalização e responsabilização.....	919
11.5.4 OSCIPs interfederativas	920
11.5.5 Desqualificação	920
11.5.6 Diferenças entre as OSs e as OSCIPs	921
11.6 Organizações da Sociedade Civil (OSCs).....	925
11.6.1 Fundamentos, princípios e diretrizes.....	926
11.6.2 Conceito	927
11.6.3 Instrumentos para formalização das parcerias estabelecidas	927
11.6.4 Chamamento Público	930
11.6.5 Plano de trabalho e procedimento de manifestação de interesse	931
11.6.5 Recursos recebidos.....	932
11.6.6 Contratação de pessoal e de bens e serviços	934
11.6.7 Monitoramento e avaliação	935
11.6.8 Prestação de contas	935
11.6.9 Responsabilidade e sanções	936
11.7 Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFPs).....	937
11.8 Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (OCRHs).....	938
11.9 Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICESs).....	940
11.10 Fundações de apoio (FAPs).....	942
11.10.1 Dispensa de licitação.....	948
11.10.2 Natureza jurídica	950

11.10.3 Regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços	950
11.10.4 Recursos arrecadados	951
11.10.5 Participação de servidores	952
11.10.6 Contratação de pessoas	953
11.10.7 Utilização de bens e serviços	953
11.10.8 Foro	953
11.11 Entidades Benéficas de Assistência Social (EBASs)	954
11.12 Pontos e Pontões de Cultura	954
11.13 Unidade executora de serviços gratuitos de educação especial	955
11.14 Outras entidades de cooperação	956
11.14.1 Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	956
11.14.2 Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)	958
11.14.3 Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	960
11.14.4 Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	961
11.14.5 Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)	963
11.14.6 Associações de amigos de museus (AAM)	965
11.14.7 Cruz Vermelha Brasileira (CVB)	966
REFERÊNCIAS	967

ANEXO I

DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS	989
----------------------------------------	-----